



SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

*SOCIAL SERVICE AND SOCIAL RELATIONS BETWEEN THE SEXES:
A NECESSARY ARTICULATION*

Renata Gomes da Costa¹
Paulo Wesley Maia Pinheiro²

RESUMO

Neste artigo debateremos a necessidade do Serviço Social se apropriar das discussões, e mesmo aprofundar as suas produções teóricas, sobre as relações sociais de sexo. Apresentamos alguns elementos que aproximaram a profissão desse debate e que impulsionaram sua produção acadêmica. Explicitamos, ainda, o contexto histórico dessas pesquisas no seio da profissão, para então propor que essas análises incorporem a categoria marxiana da alienação. Categoria essa que nos possibilita entender os determinantes da manutenção e radicalização das opressões de sexo no capitalismo, contrariando as teses que desarticulam o fundamento dessas opressões na sociedade de classe ao argumentar que elas existiram em outros modos de produção – sendo assim, seria dispensável entendê-las como elementos fundados e radicalizados na sociabilidade do capital.

Palavras-chave: Opressões de Sexo. Relações Sociais de Sexo. Serviço Social. Alienação.

ABSTRACT

The article discusses the need for Social Service appropriating discussions, and even deepen their theoretical treatises on the social relations of gender. Here are some elements that brought the profession of this debate and that boosted their academic production. Also made explicit the historical con-

1 Professora da Universidade Federal do Mato Grosso

2 Professor da Universidade Federal do Tocantins.

text of these research within the profession, and then propose that these analyzes incorporating the Marxian category of alienation, which allows us to understand the determinants of maintenance and radicalization of gender oppression under capitalism, contrary to the thesis that the disjointed basis of these oppressions in class society by arguing that they existed in other modes of production - thus, it would be unnecessary to understand them as grounded and radicalized in sociability of capital elements.

Keywords: Oppression Sex. Social Relations of Gender. Social Service. Alienation.

Submissão - 12/04/2014

Aceite 06/08/2016

Introdução

As relações sociais de sexo expressam o padrão de organização de uma sociedade, pois são um dos elementos fundamentais da vida social. As relações sociais são constituídas de variadas formas, perpassando as questões de classe, gênero e raça/etnia, sendo esses eixos estruturantes de uma realidade societal.

O artigo é um ensaio teórico fruto da discussão empreendida na dissertação de mestrado intitulada “Serviço Social, instrumentalidade e relações de gênero: uma análise da atuação profissional na Rede de Atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza (CE)”. O objetivo neste ensaio é debater a importância da apropriação pelo Serviço Social sobre as relações sociais de sexo. Para tal, apresentamos os elementos que aproximaram a profissão deste debate e sua produção acadêmica. Abordamos, também, o histórico das pesquisas e propomos que essas análises incorporem a categoria marxiana da alienação, a fim de entender os determinantes da manutenção e da radicalização das opressões de sexo no capitalismo, reafirmando seus fundamentos na sociedade de classe, ao argumentar enquanto elemento fundado e radicalizado na sociabilidade do capital.

Ao tratar das relações construídas entre os sujeitos, as relações sociais de sexo se inserem numa trajetória histórica em que se tecem os fios invisíveis da questão social ao processo de opressão sob as mulheres para além dos muros da dimensão econômica. Saffioti (2013) destaca que no capitalismo as mulheres vivenciam uma dupla desvantagem: no âmbito estrutural, por sua inserção periférica e/ou marginal no sistema de produção; e, no âmbito superestrutural,

mediante a subvalorização das capacidades femininas. Não estamos diante de um problema isolado, mas de um regime de produção alienante que se sustenta na opressão do sujeito, corrompendo seu corpo e espírito.

A discussão teórica parte da conceituação das relações sociais de sexo em contraponto ao conceito de gênero. Tratou de aprofundar a análise para o Serviço Social a partir de elementos que explicitam a necessidade e a importância dessa discussão para a profissão.

1 Relações de gênero e relações sociais de sexo: um debate necessário

Os estudos sobre a categoria gênero cresceram exponencialmente em inúmeras áreas do saber nos anos de 1990. Esse conceito chega ao Brasil por meio das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria “gender” na compreensão das origens sociais das identidades de homens e mulheres, por considerarem que os comportamentos humanos não têm origem natural, nem biológica, mas partem das inúmeras regras sociais.

Os estudos de gênero, ao se fortalecerem na universidade, trouxeram inúmeras consequências para a ciência social. Conforme Rago (1998), a adoção dos estudos de gênero passou a respaldar academicamente os estudos sobre as mulheres, pois

Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas [...]. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia (RAGO, 1998, p. 90).

No avanço dessas reflexões, Joan Scott destaca-se, no Brasil, entre as estudiosas de gênero, que definem a categoria em seu aspecto relacional, considerando o caráter social das diferenças entre mulheres e homens. A autora conceitua gênero em duas partes compostas de subpartes, sinalizando-as com a seguinte definição: “[...] o

gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 14).

A partir dessa definição, elenca quatro elementos necessários para se entender a categoria gênero: os símbolos culturais que remetem a representações simbólicas, como as figuras religiosas de Eva e Maria; os conceitos normativos encontrados na religião, na política, na ciência e na educação, que oferecem conceituação do feminino e do masculino; uma visão ampla que não considere apenas os sistemas de parentesco para compreender o gênero, mas o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; e a identidade subjetiva, que deve ser compreendida na sua construção histórica e relacionada com as atividades, organizações e representações sociais.

Esse arcabouço conceitual apresenta discordância, principalmente entre as estudiosas marxistas. Para Souza (2010) a primeira parte da definição da autora, em que afirma ser gênero um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, não apresenta nada de inovador, visto serem afirmações realizadas por Beauvoir em *O segundo sexo*.

A definição trazida por Scott (1990) apresenta elementos pertinentes, mas, como sinaliza Souza (2010), necessita de algumas ponderações e esclarecimentos, principalmente quando parte de estudos que buscam compreender a realidade e seus fenômenos a partir da ontologia do ser social, considerando a categoria trabalho como o elemento fundante dos indivíduos e de toda existência humana. Scott desconsidera a posição do sujeito na estrutura e centra sua análise no entendimento da linguagem como detentora do controle absoluto do sujeito, fazendo dessa estrutura onipotente, desconsiderando a base material ao entender que os fatores subjetivos são produzidos apenas pelo discurso.

Cisne (2013, p. 193), em sua elucidação sobre a estudiosa, afirma que o problema de sua definição centra-se em:

[...] as relações de poder estão dissociadas da busca das determinações da dominação/exploração e mais, para ela, somente após essa desvinculação é que se torna possível a análise das relações sociais de gênero. [...] rejeita qualquer articulação da categoria gênero com a dimensão de classe. [...] Percebemos [...] o isolamento da concepção de gênero que a autora anuncia diante da di-

menção econômica/estrutural da sociedade [...] a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres. Apesar da incoerência apresentada por essa fragmentação, a repercussão positiva da perspectiva advinda de Scott ganha corpo no Brasil na década de 1990. As ‘análises’ e ‘estudos’ de gênero, em detrimento da perspectiva de classe, viram moda.

Para Cisne (2013), a tradução das produções de Scott no Brasil contribuiu para o fortalecimento da chamada “nova onda” do feminismo, que se voltou para a mudança na linguagem e na atuação política, como ocorreu no feminismo institucionalizado na Europa e nos EUA. Essa mudança se aliou aos objetivos das agências financiadoras e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que tornaram gênero, no lugar de patriarcado, por exemplo, uma categoria mais palatável na concessão de financiamentos.

A autora problematiza a categoria gênero propondo a discussão da categoria relações sociais de sexo, e contra-argumenta algumas estudiosas, como Scott, em relação à consubstancialidade das categorias classe, raça/etnia e gênero. Os estudos de gênero acabam por apresentar uma maior neutralidade, são menos ofensivos, mais polidos e palpáveis às instituições financiadoras das pesquisas, e mesmo as multilaterais e governamentais que financiam as políticas em prol da “equidade” de gênero. Como afirma Pfefferkon (2012) gênero acaba por ter uma maior aceitação nas universidades, administrações públicas e nas instituições internacionais.

As estudiosas marxistas que adotam a categoria relações sociais de sexo compreendem que as desigualdades e opressões se expressam para além da dimensão simbólica e cultural, mesmo porque essas são frutos e consequência do modo de produzir de uma sociedade. Logicamente, que não se resumem ao modo de produzir, mas, partindo da compreensão ontológica, entende-se que todos os complexos da vida social partem da relação concreta que os indivíduos estabelecem com a natureza e o universo do trabalho. A reprodução social é fruto dessa relação; portanto, seus nexos com a cultura e o simbólico têm raiz no trabalho que funda o ser social e a existência humana.

Objetivando uma análise dialética das relações de gênero e ar-

ticulado com a totalidade da vida social, torna-se necessário abordar as relações sociais de sexo, pois “[...] acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de ‘relações sociais de sexo’ corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender [...]: a marxista.” (CISNE, 2013, p. 111).

Souza (2010) afirma que a feminista francesa Danièle Kergoat utiliza relações sociais de sexo a fim de demonstrar que os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres não são resultados do seu destino biológico, mas construções sociais com base na materialidade da vida social.

Contudo, ao observarmos a definição do conceito de relações sociais de sexo, é possível perceber sua semelhança com a definição do conceito de gênero, e Kergoat (1996), de fato, assume que utiliza o primeiro conceito muito mais por uma questão de preferência do que por uma questão teórico-conceitual: diz que ao aproximar o termo relação social, geralmente ligado à cultura, do termo sexo, geralmente ligado à natureza, estaria conduzindo as ciências sociais a um repensar de sua epistemologia, por romper com a dicotomia entre cultura e natureza. Do nosso ponto de vista, o conceito de relações sociais de sexo não apresenta nada de novo em relação ao conceito de gênero, tecendo as mesmas considerações a respeito das formas que esta relação é construída, bem como devem ser observadas (SOUZA, 2010, p. 420).

Discordamos dessa percepção de Souza (2010), por compreender que a adoção da categoria relações sociais de sexo parte de posicionamentos políticos e ideológicos, e não simplesmente de uma mudança de sinônimos. Gênero e relações sociais de sexo não são sinônimos. O significado de relações sociais de sexo é proveniente da escola feminista francesa e que originalmente é denominado de *rapports sociaux de sexe*, que difere significativamente do conceito *relations sociales de sexe*.

Kergoat (1996) afirma que em francês existem duas palavras referentes a relações, única tradução para o português. *Rapport* se refere a relações mais amplas e *relations* a relações mais pessoais e individuais.

A noção de *rapport* social dá conta da tensão antagônica que se desenrola em particular em torno da ques-

tão divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais que têm interesses contraditórios. A denominação ‘relations’ sociais remete às relações concretas que mantêm os grupos e indivíduos. Assim, as formas sociais ‘casal’ ou ‘família’ tal como podemos observar em nossas sociedades são de uma só vez expressão das relações (rapports) sociais de sexo configurados por um sistema patriarcal, e ao mesmo tempo elas são consideradas como espaços de interação social que vão eles mesmos recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de como se torna sexuado o social (KERGOAT, 1996, p.23).

Para a estudiosa o cerne desse debate não se refere simplesmente a sua ordem epistemológica, mas também política, por buscar compreender historicamente como as relações sociais materializam-se nas instituições e nas legislações, ou seja, no casal, na família, na filiação, no trabalho, no código civil, que tem por função legitimar as relações entre os grupos sociais.

O conceito de *rapports sociaux de sexe* surge em 1980, vinculado e conectado com as análises e estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria-chave para as feministas marxistas, que entendem a realidade a partir da ontologia do ser social, da centralidade da categoria trabalho. O conceito de gênero, em muitas abordagens, é destituído da noção de hierarquia entre os sexos e das desigualdades que estruturam a sociedade, por exemplo, a de classe, exprimindo o “movimento feminista menos confrontante e mais institucionalizado”.

Outra crítica ao conceito de gênero retratado por Cisne (2013, p. 114) refere-se à sua ruptura com o naturalismo, que por um lado esclareceu sobre as construções sociais, mas em contrapartida contribuiu com a biologização do conceito de sexo, correndo-se o risco de desconsiderar a “análise social e histórica do conceito de sexo”.

Corroborando com essa ideia, Devreux (2005), ao analisar a teoria das relações sociais de sexo, expõe como uma de suas razões a preferir o conceito relações sociais de sexo a gênero:

[...] o primeiro nomeia explicitamente o sexo, enquanto o segundo termo evita mencioná-lo e o eufemiza. Ora, a referência ao sexo biológico parece-me essencial, pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério, ou mais precisamente, sob

a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. (DEVREUX, 2005, p. 563).

Para a estudiosa, as relações sociais também se constroem em torno do marcador de sexo, sendo assim essencial nessa representação. A relação social de sexo acaba por explicitar a confrontação entre duas classes de sexo, pois “[...] não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação.” (DEVREUX, 2005, p. 564).

Isso não significa que as autoras que adotam gênero abandonem uma perspectiva crítica de análise. Entretanto, a fim de não ocultar “o sujeito político mulher”, devemos, ao optar pela categoria gênero, a partir de uma perspectiva marxista, associá-la à categoria patriarcado³.

Refletir sobre as relações sociais de sexo, também requer explicitar o processo de dominação e exploração. O capitalismo se apropria das relações desiguais produzidas pelo racismo e pelo sexismo, mercantilizando todas as relações sociais e fortalecendo os processos de dominação/exploração – mais do que isso, de apropriação. O legado da coisificação e naturalização dessa apropriação sobre as mulheres advém da ideologia naturalista, ao conceberem como sujeitos naturais, com um destino traçado com base em suas características biológicas. A ideologia naturalista se baseia na “*sexagem*”. Esse termo foi elaborado por Colette Guillaumin em 1978, como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão.

A *sexagem* resume as mulheres ao sexo. São apropriadas não apenas pela exploração da sua força de trabalho, mas apropriam-se de seus corpos, de sua vida por inteiro, retirando sua condição de sujeito e as transformando em coisas, objetos.

Colette Guillaumin (2005) se refere a dois tipos de apropriação, a individual (privada) e a coletiva. A primeira ocorre dentro da família por meio do casamento, e a segunda, anterior e mais profunda que a privada, dar-se-á por intermédio das igrejas, do Estado, das empre-

3 O patriarcado “[...] não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.” (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

sas. As mulheres são apropriadas individualmente e coletivamente no mercado de trabalho, no espaço doméstico, por meio do arsenal jurídico e o direito consuetudinário.

O naturalismo se fundamenta nesse processo de apropriação e exploração. Não esqueçamos que tal ideário fixa as regras sociais, naturaliza-as, dificultando o entendimento de que as desigualdades entre os sexos são determinadas e construídas socialmente e historicamente.

A “sexagem” é um fundamento para a compreensão das relações sociais de sexo, ao possibilitar o entendimento da apropriação. Não se refere apenas ao domínio e à exploração da força de trabalho, mas também do seu corpo, da sua sexualidade, da sua vida. Cisne ressalta que nesse processo de apropriação não cabe uma contrapartida contratual para as mulheres, pois suas atividades são tidas como obrigações, reforçando o ideário naturalista das funções desempenhadas pelo sexo feminino. Por serem mulheres, se diferenciam de outros trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois, por vezes, nem conseguem vender a força de trabalho, realizando gratuitamente muitas tarefas pelo prisma da obrigação “feminina”, a exemplo do trabalho doméstico.

A apropriação se expressa de diversas formas, englobando o fenômeno da exploração, e não se refere apenas às mulheres esposas, mas as que são mães, irmãs, filhas, tias, avós, ou seja, ao sexo feminino de modo geral. Mais do que definir as relações sociais de sexo, é necessário desvendá-las, desnaturalizar as desigualdades, hierarquias e opressões, compreender, nesse sentido, o vetor da dominação-exploração-opressão da apropriação.

A categoria gênero se tornou um tema recorrente nas pesquisas históricas e sociais; porém, ela não se basta em si. A teorização monotemática não é suficiente para fundamentar uma perspectiva de mudança dos “paradigmas históricos existentes”, por isso a necessidade de se apropriar de outras teorias que contribuam com os estudos da realidade social e com as transformações históricas.

O estudo das relações sociais de sexo dá suporte para a análise de outras áreas temáticas. São pesquisas que influenciaram os paradigmas das ciências humanas e sociais, buscando, em algumas abordagens, a articulação com as categorias classe social, raça/etnia

e diversidade sexual.

As relações sociais de sexo são dialéticas, refletindo contradições e concepções. Essas relações constroem e estruturam funções do que é ser homem e do que é ser mulher em uma mesma sociedade. Historicamente, esses lugares diferenciados constituíram e fomentaram relações desiguais, quando se depositou valor numa suposta superioridade masculina e numa suposta inferioridade feminina, sobressaindo a violência contra a mulher.

O Serviço Social é uma profissão que intervém na realidade, primordialmente nas relações sociais, com recorte de classe social, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. Compreender tais relações de forma crítica possibilita aos/as profissionais desvendarem as expressões cotidianas da questão social. Pensando nessas questões, passaremos a discutir a imbricação entre as relações sociais de sexo e o Serviço Social.

2 Relações sociais de sexo e alienação: seus nexos com o Serviço Social

A indagação que norteou a produção deste artigo refere-se à relação entre relações sociais de sexo e o Serviço Social. Tal questão é pertinente para se pensar sobre o estatuto teórico, metodológico, ético e interventivo da profissão na contemporaneidade.

Primeiramente, o Serviço Social se interliga a todas as formas de opressões ao sinalizar em seu projeto ético-político, expresso no Código de Ética de 1993, princípios voltados para a eliminação de todas as formas de preconceitos; a opção por um projeto profissional vinculado a construção de outra sociedade sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero; e, o compromisso com o exercício profissional sem discriminar. (CFESS, 2012).

Em 1993, a profissão já incluía em seus debates éticos os preconceitos, as discriminações, as opressões. Apesar de gênero⁴ não ser ainda uma categoria, nesse período, tão abrangente nas pesquisas

4 Menciona-se gênero, pois as pesquisas na área do serviço social, em sua maioria, baseiam-se nessa categoria. Ao usar gênero, sugere-se ao leitor que pondere seu debate pelas análises empreendidas no primeiro tópico deste artigo.

acadêmicas da área – mesmo porque gênero só chega à Universidade em meados dos anos de 1990. A profissão, entretanto, não elenca algumas discussões como prioritárias, centrando-se em superar o viés conservador que influenciou sua formação, consolidação e profissionalização.

Para Lisboa e Pinheiro (2005), o Serviço Social caminhou em rotas contrárias às conquistas do movimento feminista, e só recentemente integrou em sua agenda de discussão a temática da violência contra a mulher.

Teixeira (1998) afirma que as relações de gênero permaneceram à margem do campo de reflexão do Serviço Social, especialmente os temas gênero e violência, que praticamente foram inexistentes no interior da profissão. Quando surgiu, esteve ligada a pesquisadoras/es e profissionais que estudavam criança e adolescente. Para a autora, na década de 1970, enquanto as universidades, principalmente as ciências sociais, passaram a focar nos estudos a categoria gênero, a profissão manteve um distanciamento da temática.

Em relação à produção científica sobre o tema, Teixeira (1998) cita como marco o 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1995, em Salvador. A seção temática “O Serviço Social frente às Relações de Gênero e Etnia”, somou 14 trabalhos ao todo, sendo que o encontro contou com 205 trabalhos apresentados nos dez grupos temáticos

No período de 1980 a 1990, nos congressos de Serviço Social, os trabalhos sobre gênero, mulher e feminismo ficavam alocados num grupo denominado “Temas emergentes em Serviço Social”. Na revista Serviço Social & Sociedade,

Entre 1979 e 1989, de um total de 285 trabalhos, o tema abordado (movimento de mulheres/feminismo), com um total de 3 trabalhos, representou 1,05%. Na década de 90, de um total de 321 artigos, o mesmo tema, com um total de 7 trabalhos, representou 2,18%. Além disso, os próprios documentos de divulgação dos cursos de Serviço Social não abordam o assunto, nem aventam a possibilidade de que esta área temática possa ser objeto de atuação do Serviço Social. (FAURY, 2003, p. 111).

É necessário compreender que “[...] as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que

ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.” (KAMEYAMA, 1998, p. 4). Ao passo que a profissão consolidou seu viés crítico na produção voltada para essas demandas foi se apropriando de temáticas, como as relações de gênero, violência contra a mulher, relações étnico-raciais, diversidade sexual, que desafiam a profissão no que se refere à sua formação e intervenção.

As opressões de sexo nem sempre foram pautas nos estudos e pesquisas do Serviço Social. No período de efervescência dos estudos de gênero na universidade, a profissão estava se redefinindo em suas três dimensões, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ao passo que se apropriava e se fundamentava na teoria marxista. Na contemporaneidade, temos um cenário diferenciado com inúmeras pesquisas sobre as relações de gênero, a violência contra a mulher, as opressões de raça/etnia e a diversidade sexual.

A profissão vem pautando outras expressões da questão social, e afirmando que seu objeto de intervenção não se limita apenas à má distribuição de renda, às desigualdades econômicas, trazendo para o debate outras mediações da questão social. Contudo, essas dimensões, muitas vezes, aparecem desconectadas do debate de classe.

O Serviço Social possui uma área de atuação abrangente, com várias demandas a serem respondidas, carecendo de uma formação generalista e de um melhor aprofundamento do que seria essa questão social na contemporaneidade.

O entendimento dos fenômenos sociais condiciona o fazer profissional. Uma compreensão enviesada da sociedade, da profissão e das demandas, condiciona as respostas profissionais.

A dimensão teórico-metodológica está estritamente articulada com as outras dimensões que compõem a profissão. Ela conduz, orienta as finalidades da ação profissional, proporciona delinear os instrumentos e técnicas. Conhecer as concepções que orientam a intervenção é primordial para a compreensão das outras dimensões.

Temas como relações sociais de sexo, violência contra a mulher, diversidade sexual, relações étnico-raciais, entre outros, vêm ganhando espaço nos eventos da categoria, nas pesquisas acadêmicas, nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social de algumas

universidades, como, por exemplo, a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que possuem uma disciplina de gênero. Mirales (2010, p. 6) afirmar que:

[...] o processo ocorrido no serviço social em relação à incorporação das discussões de gênero foi similar ao levado em outras áreas do conhecimento. Processo marcado por estratégias feministas, que foram capazes de alavancar espaços no interior de instituições e movimentos, construindo possibilidades dos debates cederem às discussões sobre gênero, articulando-se a outras reflexões, também necessárias, como raça e etnia, orientação sexual e classe social.

A luta foi árdua para fortalecer os estudos sobre gênero. Eram explícitos os preconceitos e discriminações em relação às feministas estudantes e professoras que adotavam a categoria. Contudo, esses estudos revolucionaram as ciências humanas e sociais, e desbancaram um conhecimento feito por homens e para homens.

O desenvolvimento teórico no interior do Serviço Social possibilitou autoras, como Cisne (2012), perceber os fundamentos das opressões, que, assim como Saffioti (2004), afirma que parte da articulação intrínseca entre capitalismo, gênero e raça/etnia. Podemos elencar quatro fatores que determinaram a adoção da categoria gênero pelo Serviço Social: a articulação que o projeto ético-político faz com a eliminação das opressões, preconceitos e discriminações; a violência contra a mulher como fenômeno social que necessitou da intervenção do Estado mediante políticas públicas, as quais passaram a requerer a atuação de assistentes sociais; o desenvolvimento teórico no interior da categoria por meio dos inúmeros enfoques dados à categoria gênero; e por ser uma profissão formada em sua maioria por mulheres.

A marca de gênero na profissão e os outros três elementos são válidos e importantes. Contudo, faz-se necessário uma reflexão que fundamente as desigualdades de sexo como uma problemática social que tem materialidade nas relações socioeconômicas que apresenta interseção com a categoria questão social.

Classe social, relações de sexo e etnia/raça são eixos estruturantes que empregam um modo de ser e viver socialmente. Daí a recusa da segmentação de tais categorias, pois elas se relacionam e se articulam como fenômeno “[...] capaz de demonstrar as formas

variadas de dominação-exploração, que caracterizam as sociedades capitalistas em seus processos vertiginosos de ampliação e imposição ideológica, incapaz de suprimir as disputas de projetos societários.” (MIRALES, 2010, p. 8-9).

As lutas contra as opressões de raça/etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente e nacionalidade são recortes das desigualdades sociais, e não uma nova questão social, pois não agem acima e nem independentes das contradições entre as classes, geradas pela relação capital x trabalho na sociedade capitalista (CISNE, 2012).

Compreender que a base material da sociedade capitalista é importante para se analisar os fenômenos sociais nada tem a ver com a generalização das opressões. As mulheres são oprimidas dadas as suas particularidades e especificidades. Todavia, as condições materiais determinam a maneira que sofrem os preconceitos. Essa compreensão está ligada a uma forma de conceber o real. A discussão não é moral, entre autores bons ou ruins, é científica, parte de uma disputa teórica, ideológica e política que a ciência vem permitindo.

Paulo Netto (2011), na discussão que faz sobre a questão social, atenta para os aspectos históricos de nossas desigualdades, que claramente ganham novos contornos na época do capitalismo monopolista. Ao afirmar que o pauperismo de outros momentos se apresenta nesse novo contexto do capital como um fenômeno sem precedentes na história, nos faz lembrar que os acontecimentos obedecem a uma processualidade histórica, não surgem do nada nem se modificam sem mediações. Assim, afirma:

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (PAULO NETTO, 2011, p. 153).

A pobreza não só apresentava elementos materiais, mas englobava outros aspectos e desigualdades próprias da lógica do sistema capitalista. Paulo Netto (2011, p. 161) afirma que o entendimento da lei geral da acumulação capitalista deve considerar, nas análises, a complexa totalidade que envolve nossa sociedade, e posta um desafio teórico que envolve “[...] a pesquisa das diferencialidades histórico-cul-

turais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tencionam a efetividade social”.

É como afirma Santos (2013, p. 78): “[...] a continuidade do sistema capitalista necessita da sua reprodução ideológica, o que faz pelos mecanismos eficientes de moralização, tendo em vista a manutenção desse poder vigente”. E, ainda sobre as mudanças sociais serem determinadas pelas transformações ocorridas na base material, Marx e Engels são categóricos ao afirmar:

[...] será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a sua consciência? [...] O que prova a história das ideias, senão que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. (MARX; ENGELS, 1998, p. 28).

Isso não significa dizer que haja uma mudança mecânica entre economia, cultura e política. A história é um processo. As mudanças na base material não permitem uma transformação mecânica de toda a sociedade. Não estamos reforçando uma leitura mecanicista e economicista, mas, sim, a importância que a base material tem para a vida social.

As mudanças nas relações materiais modificam as relações sociais, culturais e políticas, as transformações nas relações econômicas perpassam as alterações nas leis e padrões de vida, “[...] crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento.” (HUBERMAN, 1986, p. 41). Essas constatações históricas justificam os argumentos sobre a importância da base material. Aqui pode se perguntar: mas, se antes do capitalismo tínhamos violência contra a mulher, desigualdades de gênero e racismo, como afirmar que essas desigualdades advêm com o capitalismo?

Aqui caberia uma discussão sobre questão social e alienação. Primeiramente, vale ressaltar algumas considerações sobre a categoria alienação. Aqui, essa categoria é compreendida como um fenômeno exclusivamente histórico-social, jamais natural ou individual.

O sistema capitalista se fundamenta nas desigualdades de classe, advindas de outros modos de produção, mas ganha contornos diferentes no modelo capitalista. A divisão feudal entre servos e nobres, depois da época colonial entre escravos e senhores, modifica-se com o capitalismo. A exploração do trabalho escravo passa para o trabalho assalariado, e isso tem repercussão na organização da sociedade e no processo de alienação, pois apresenta especificidade diversificada com a propriedade privada.

O fenômeno da alienação precedeu o sistema capitalista, ou seja, esteve presente em outras sociedades, assim como as opressões. Contudo, sob a ótica do capital, ganha novos elementos e caracterizações.

Marx (2010) se deteve a discutir a alienação econômica. Konder (2009) traz elucubrações sobre as outras expressões desse fenômeno, salienta que a alienação econômica é a base, a raiz do fenômeno global da alienação, o que não significa reduzir os fenômenos a esse tipo de alienação, uma vez que antes de os indivíduos fazerem política, ciência, cultura e religião, necessitam vestir-se, alimentar-se, beber. Antes do trabalho intelectual, realizou o manual.

Como se vê, a base material tem seu primado. As relações econômicas nessa análise se destacam, são enfáticas para se compreender o real e os fenômenos sociais, a sociedade em sua totalidade. Mas por que isso ocorre? A reflexão de Konder (2009, p. 48-49) é elucidativa quando afirma:

O que tem feito que a vida social, de um ou de outro modo, venha girando sempre, através da história, em torno da economia – o que tem feito com que a economia venha sendo sempre ‘a espinha dorsal da sociedade’ – é aquilo a que Sartre, na sua recente *Critique de La raison dialectique*, dá o nome de *rareté*: a pobreza em que ainda se encontra o desenvolvimento da dominação do homem sobre o seu mundo. O relativo atraso, ainda não superado pela humanidade como um todo. A defasagem que ainda subsiste entre as riquezas controladas pelos homens para um desfrute seguro, verdadeiramente humano e geral.

Um sistema fundamentado na desigualdade entre capitalistas e trabalhadores, jamais conseguirá gestar a igualdade plena, como a de sexo, uma vez que seu embasamento mátrio perpassa por isso.

Assim,

A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume, claramente, as características da reificação descrita por Lukács em *Histoire et conscience de classe*, com o esmagamento das qualidades humanas e individuais do trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em mercadoria [...]. (KONDER, 2009, p. 130).

O autor afirma que nem sempre é fácil compreender essa lógica do sistema capitalista, pois na aparência se apresenta como um mundo regido de coisas independentes da vontade dos indivíduos. Estes são assimilados a

[...] um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem diretoras do movimento da história e da atividade humana, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano – especificamente humano – se vê triturar e inapelavelmente diluir. (KONDER, 2009, p. 146).

Ao partir da ontologia do ser social para entender a realidade, observaremos que vivemos em sua sociedade estranhada, em que os sujeitos não se reconhecem – no caso da alienação econômica, no processo de trabalho, perante o produto que criou e perante outros indivíduos (MARX, 2010). Temos que, “[...] sob o capitalismo, a humanidade desenvolveu extraordinariamente o seu domínio da realidade natural, mas sacrifica ainda mais profundamente do que em épocas precedentes o seu domínio da realidade social.” (KONDER, 2009, p. 129).

Esse emaranhado de elementos nos possibilitou encontrar outros fatores para compreender as relações sociais de sexo na contemporaneidade, sua interseção com a questão social que advém da relação capital x trabalho e os motivos que o Serviço Social encontra para se apropriar desses estudos. Além dos elementos citados visando a que o Serviço Social se aproprie das questões de – ou seja, a articulação com o projeto ético-político, a intervenção do Estado mediante as políticas públicas para as mulheres, a produção de conhecimento do Serviço Social e a marca feminina na profissão –, temos a articu-

lação profícua entre capitalismo e opressões, elencadas aqui a partir do entendimento do fenômeno da alienação e da produção das desigualdades, nas quais o sistema capitalista se ancorou buscando sua reprodução, valorização e fortalecimento.

Considerações Finais

A categoria relações sociais de sexo, suas expressões na sociabilidade do capital, e os processos de alienação, possibilitam compreender as opressões sofridas pelas mulheres. A discussão buscou proporcionar uma articulação desse debate com o Serviço Social, sinalizando a importância ao desnudar essa expressão na composição da questão social, marcada na sociabilidade do capital em seu movimento de radicalização das desigualdades sociais.

O sistema capitalista não criou a inferiorização social das mulheres, mas, pela maneira que foi constituído, baseando sua produção e reprodução na exploração como mote central, aprofundou e radicalizou as desigualdades existentes. As opressões, preconceitos, discriminação, exploração de sexo e raça/etnia funcionam como fatores de conservação do sistema capitalista.

O capitalismo se expandiu, foi se modificando conforme seus elementos conjunturais, mas ainda não alcançamos a emancipação humana, nem tampouco das mulheres. Isso é emblemático na maneira que resolvemos as opressões de sexo no capitalismo, por exemplo, com a ampliação das políticas para as mulheres visando à equidade de gênero, ações que acabam por se esbarrar nos limites estruturais do modo de vida social existente.

Assim, indagamos: como emancipar as mulheres em um sistema essencialmente alienante? Compreender esse processo de alienação no capitalismo e, sobretudo, como elemento que também se estabelece na esfera da reprodução social e nos cotidianos de mulheres e homens, possibilita o entendimento das opressões como sustentáculo dessa sociabilidade.

No Serviço Social, as expressões que compõem a questão social, que é perpassada por relações sociais opressoras, devem ser debatidas, discutidas e analisadas por essa profissão que se compromete ética e politicamente com a eliminação de toda forma de preconceito e que afirma um projeto profissional empenhado na construção de outra ordem social sem dominação e exploração de classe, gênero

e raça/etnia.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do assistente social**. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. (Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11).

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

FAURY, M. Estudando as questões de gênero em serviço social. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 107-119, jan./abr. 2003.

GUILLAUMIN, C. Práctica del poder e ideia de Naturaleza. In. FALQUET, J.; CURIEL, O. (Orgs.) **El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, n. 2 e 3, fev./maio 1978].

_____. Pratique du pouvoir et idée de nature. In. _____. **Sexe, race et pratique du pouvoir**. L'idée de Nature. Paris: Côté-femmes, 1992 [1978].

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 -1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 33-76, nov. 1998.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LISBOA, T. K. PINHEIRO, E. A. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, jul./dez. 2005.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MIRALES, R. Algumas reflexões sobre gênero e serviço social. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Florianópolis, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275850948_ARQUIVO_textoremetido.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2012.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PFEFFERKORN, Roland. **Genre et rapports sociaux de sexe**. Paris: Editions Page deux, 2012.

RAGO, M. Descobrir historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, C. M. D. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA, V. B. D. **60 anos d’o segundo sexo**: a (in)visibilidade de Beauvoir no debate sobre as relações de gênero. 2010. 469 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, M. Serviço Social Gênero e violência. In. SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL: LA GLOBALIZACIÓN Y SU IMPACTO EN EL TRABAJO SOCIAL HACIA EL SIGLO XXI, 16., 1998. Santiago. **Seminário Virtual - Ponências**. Costa Rica, v. 1, p. 1-16, 1998.

